



A IMPORTÂNCIA DE POLÍTICAS NACIONAIS NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL

DANIELLI, Ariana
BARROS, Bruna
TREVISANI, Gabriel
CHECHI, Vitor

INTRODUÇÃO

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (ODS 3), da Agenda 2030 da ONU, busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Entre suas metas, destaca-se a redução da mortalidade materna, que continua sendo um desafio global e um importante indicador da qualidade da atenção à saúde. No Brasil, grande parte das mortes maternas é evitável e está relacionada a desigualdades sociais, falhas no acesso aos serviços e à assistência obstétrica inadequada.

Para enfrentar esse problema, o país implementou políticas públicas voltadas à atenção integral à saúde da mulher, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1984, que marcou o início de uma abordagem ampliada e contínua do cuidado feminino. Em 2011, foi lançada a Rede Cegonha, com foco na humanização da gestação, parto e puerpério, garantindo o direito ao nascimento seguro e à maternidade digna. Mais recentemente, a Rede Alyne reforçou o compromisso com a equidade racial e a redução das mortes maternas evitáveis, especialmente entre mulheres negras e em situação de vulnerabilidade.

Essas iniciativas expressam o compromisso do Brasil com o ODS 3, demonstrando que cuidar da saúde materna é promover direitos, equidade e o futuro de gerações.

DESENVOLVIMENTO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a mortalidade materna é definida como o óbito de uma mulher durante a gestação ou até 42 dias após o término da gravidez, em decorrência de causas relacionadas ou agravadas pela gestação, excluindo-se causas acidentais ou incidentais, configurando-se como um dos principais indicadores da qualidade da atenção à saúde e do nível de desigualdade social de um país. (REZENDE et al., 2025; HORTA et al., 2025). No Brasil, os dados revelam que a maioria das mortes maternas estão relacionadas a mulheres entre 20 a 39 anos, com baixa escolaridade e situação socioeconômica desfavorável, decorrente principalmente de causas obstétricas diretas, frequentemente evitáveis, como hemorragias, transtornos hipertensivos e infecções puerperais. (Nair; Nelson-Piercy; Knight, 2017).

Em âmbito nacional, a mortalidade materna ainda é um desafio persistente, caracterizado por fortes desigualdades regionais, raciais e socioeconômicas. Entre 2020 e 2023, foram registrados 7.690 óbitos maternos, concentrados principalmente nas regiões Sudeste (2.666 casos) e Nordeste (2.343 casos), ou seja, essas duas regiões correspondem juntas a mais de 50% das mortes maternas no Brasil. (FONTOURA et al., 2025).

Sendo assim, visando diminuir esses índices e aproximar o Brasil dos objetivos do ODS 3, foram desenvolvidas algumas políticas públicas nas últimas

décadas, o Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM) foi o pioneiro em 1983, seguido de outros programas que buscavam um pré-natal qualificado e assistência humanizada. Em seguida, a Rede Cegonha (2011) buscou estruturar os cuidados na gestação, parto e puerpério, com foco na segurança e direitos reprodutivos, entretanto o programa não atingiu as metas, principalmente em regiões com maior desigualdade e infraestrutura precária como Norte e Nordeste, necessitando passar por uma reformulação. Atualmente o programa em atividade é a Rede Alyne (2024), com enfoque na equidade racial, social e territorial, com diretrizes que buscam atender os problemas enfrentados nas políticas anteriores. (Dum; Campos, 2025) (FONTOURA et al., 2025; MOTTA; MOREIRA, 2021).

Vale ressaltar que a mortalidade materna no Brasil reflete desigualdades estruturais que ultrapassam o campo da saúde, abrangendo determinantes sociais, econômicos e raciais. Apesar dos avanços obtidos, 90% das mortes maternas ainda são evitáveis, sendo necessário o fortalecimento das políticas públicas, a capacitação profissional e o investimento em infraestrutura e vigilância epidemiológica para que os objetivos de redução propostos pelos ODS sejam efetivamente alcançados. Mais que um indicador de saúde, a mortalidade materna é um reflexo da justiça social e da garantia dos direitos reprodutivos das mulheres brasileiras (FONTOURA et al., 2025; REZENDE et al., 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mortalidade materna no Brasil persiste como importante desafio de saúde pública, que reflete desigualdades sociais, raciais e regionais fortemente enraizadas no país. Ainda que políticas como o PAISM, a Rede Cegonha e a Rede Alyne representem importantes avanços no que tange o cuidado materno-infantil, é necessário manter esforços para que o acesso aos serviços de saúde seja igualitário. A redução da mortalidade materna depende então, sobretudo, de uma abordagem integrada e contínua, que promova e assegure direitos reprodutivos e sociais, contribuindo efetivamente para o alcance da saúde e bem-estar de toda a população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Mortalidade materna no Brasil: evolução e desafios. Disponível em: (<https://www.gov.br/saude/pt-br>)
- DUM, W.; CAMPOS, R. Mortalidade materna no Brasil (2020-2024): distribuição macrorregional, causas diretas, indiretas e o papel da Rede Cegonha e PNAISM. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasil, São Paulo, v. 8, n. 19, p. e082423, 2025. DOI: 10.55892/jrg.v8i19.2423. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2423>. Acesso em: 8 out. 2025.
- MOTTA, Caio Tavares; MOREIRA, Marcelo Rasga. O Brasil cumprirá o ODS 3.1 da Agenda 2030? Uma análise sobre a mortalidade materna, de 1996 a 2018. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 10, p. 4219-4230, out. 2021. DOI: 10.1590/1413-812320212610.10752021